

## EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA EM MONITORIA

Henrique Pereira dos Anjos Castilho<sup>1</sup>  
Thaís Oliveira de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da disciplina de Educação Sexual para os cursos de licenciaturas no Ensino Superior. Através de um estudo bibliográfico, em um primeiro momento, trouxemos os principais conceitos acerca da Educação Sexual e sua presença no currículo escolar. Posteriormente, apresentamos os conteúdos e características da disciplina a qual acompanhamos, como docente e discente em programa de monitoria, nos anos de 2019 e 2020. Em um terceiro momento, damos destaque às aprendizagens e interações entre os sujeitos participantes do processo formativo. Por fim, refletimos sobre as dificuldades encontradas em nosso contexto e novas possibilidades. Consideramos que a sexualidade não é algo natural, sendo construída histórica e culturalmente. Cada sociedade traz um contexto que fomenta as possibilidades de viver a sexualidade dos sujeitos nela inseridos. Não excluimos nesse contexto as relações de poder, que muitas vezes, firmam o que é visto como certo ou errado nessa determinada sociedade. O debate e discussão no Ensino Superior de temas referentes à sexualidade tem se configurado como um espaço de pluralidade e diálogo multidisciplinar. Acreditamos que as experiências formativas em Educação Sexual precisam ganhar visibilidade e serem ressaltadas dentro das instituições.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Monitoria, Ensino Superior, Formação Docente.

### INTRODUÇÃO

Na primeira quinzena do mês de agosto de 2020 um crime cometido contra uma menina de 10 anos ganha grande repercussão em todo o país. Vários veículos de comunicação, como “Catraca Livre”, publicam: “Menina de 10 anos engravidada por estupro e Justiça avalia aborto”. Ao longo do mesmo mês, a situação ganha novos contornos. Um hospital público na cidade de Vitória, Espírito Santo, nega a realização do procedimento, sendo a menina encaminhada para a cidade de Recife, Pernambuco. Tendo seus dados divulgados na internet, no dia do procedimento a criança e o hospital pernambucano são alvos de protestos de grupos de fundamentalistas religiosos que se

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia - Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, henrique.castilho@estudantes.ufpb.br;

<sup>2</sup> Professora orientadora: doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis, Professora do Departamento de Fundamentação da Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thais.oliveira@academico.ufpb.br.

dizem contra o aborto em qualquer situação. Todo esse emaranhado de fatos suscita nas redes sociais opiniões diversas, indignação e revolta.

Esse acontecimento possui vários elementos que podem ser analisados e discutidos nos estudos da sexualidade. Primeiro, vemos que mesmo com o advento do século XXI, pessoas em nome da religião tentam controlar e punir a sexualidade de outros sujeitos, incluindo os que não necessariamente fazem parte dessa religião. Uma reportagem, também do mês de agosto, no Jornal “Estado de Minas” veicula: “Médico que conduziu aborto da menina de 10 anos já foi excomungado duas vezes”. A reportagem relata que o médico responsável pelo procedimento em Recife já foi excomungado duplamente pela Igreja Católica, uma delas por causa da realização do mesmo procedimento. Alvo de ataques e falas de repúdio de líderes religiosos, a reportagem relata que a primeira excomunhão do médico se refere ao seu envolvimento com a campanha de controle de natalidade da Secretaria de Saúde em Pernambuco, no ano de 2006.

Outro ponto importante para reflexão surge na repercussão do caso nas Mídias sociais. Famosos e pessoas não públicas se perguntam como tal fato pode ter acontecido, como outros familiares não perceberam, porque a menina continuou calada por tanto tempo. Nesse ínterim, vemos falas em defesa da Educação Sexual nas escolas e a necessidade de que essa educação não fique restrita ao seu familiar, visto que, é na própria família que se encontram, na maioria das vezes, os abusadores sexuais. Outra reportagem da *BBC News* traz dados alarmantes sobre o abuso sexual no país, “Brasil registra 6 abortos por dia em meninas entre 10 e 14 anos estupradas”. A *BBC News* ainda alerta, a cada hora, quatro meninas de até 13 anos são estupradas no Brasil. Por ano são realizados 26 mil partos de mães entre dez a 14 anos. Esses dados, trazidos pela *BBC News*, foram retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 e do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, do Ministério da Saúde.

Difícil saber com exatidão quem primeiro proferiu a frase “Se o homem engravidasse, o aborto já seria legalizado no mundo todo”. Na internet encontramos matérias datadas de abril de 2019, que relatam a fala do Ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, durante a *Brazil Conference*, em Harvard. Em sua aguçação, o Ministro trouxe a referida frase, destacando que a criminalização do aborto impacta de forma desproporcional as mulheres pobres. Estamos diante de um fenômeno social que se enraíza no machismo e sexismo presentes em nossa sociedade.

Diante desse polêmico e assustador contexto, de direitos negados, vidas subtraídas e violadas, buscamos neste trabalho refletir acerca da importância da disciplina de Educação Sexual para os cursos de licenciaturas no Ensino Superior. Para essa discussão traremos uma experiência em Monitoria na disciplina de Educação Sexual, realizada no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Nessa universidade a disciplina oferecida aos cursos de licenciatura, ainda se configura como optativa para todos eles.

Concordamos com Furlani (2012) sobre o papel da Educação Sexual nas escolas, indo muito além do ensino tecnicista do corpo humano e suas afecções, mas sim, desvelando as relações de poder e controle existentes sob os sujeitos.

[...] o principal papel da educação sexual é, primeiramente, desestabilizar as “verdades únicas”, os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção; e depois, apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na política da vida humana, problematizando o modo como são significados e como produzem os seus efeitos sobre a existência das pessoas. (FURLANI, 2012, p. 69).

É com essa definição de Educação Sexual que daremos seguimento ao nosso estudo. Para o alcance do nosso objetivo, traremos em um primeiro momento os principais conceitos acerca da Educação Sexual e sua presença no currículo escolar. Posteriormente, traremos os conteúdos e características da disciplina a qual acompanhamos, como docente e discente em programa de monitoria, nos anos de 2019 e 2020. Em um terceiro momento, falaremos mais detalhadamente sobre o trabalho de monitoria realizado na disciplina, dando destaque as aprendizagens e interações entre os sujeitos participantes do processo formativo. Por fim, refletiremos sobre as dificuldades encontradas em nosso contexto e as possibilidades de superação.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo é de natureza qualitativa. Para a discussão dos dados da experiência trazida por nós, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática sexualidade, gênero e educação sexual. Para a discussão também foram coletadas informações sobre a disciplina onde foi desenvolvido o projeto de monitoria.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Sexual é um tema bastante polêmico no Brasil. Como mencionado na introdução, fatores de ordem religiosa, normas e valores ditos tradicionais, por anos vem interferindo na dimensão da sexualidade humana, ditando o certo e o errado, o normal e o anormal. Como destaca Dantas (2010), a sexualidade e a religião desde há muito tempo mantém estreita relação. A interferência da igreja na vida sexual dos sujeitos é sentida desde a sacramentalização do matrimônio, que antes do século IX era uma instituição laica e privada, até a regulação do celibato e normatização da vida conjugal. Dantas (2010) destaca nesse ponto a prática da confissão, forma em que a igreja conseguia acessar os segredos dos seus fiéis, inclusive seus pensamentos,

O pecado não se restringia ao ato. Os pensamentos lascivos também eram pecaminosos. Os confessores começavam a questionar constantemente o desejo. Era preciso mapear a mente, o coração e a alma para encontrá-lo, decifrá-lo e contê-lo. A imaginação parecia mais ameaçadora do que o ato em si, pois agia em silêncio, não sendo muitas vezes percebida. (DANTAS, 2010. p. 710).

O controle dos corpos e das mentes continua intenso nos dias de hoje. Vemos muitas pessoas defenderem a “natureza” humana, baseando-se em escritos e leis fundamentadas na religião e na biologia. O papel da mulher na sociedade, a existência de apenas dois gêneros, a ideia de gênero restrita a sexo biológico, a criminalização do aborto, a normalização de diversas formas de violência contra mulher, a homofobia, transfobia, todas essas ações repousam no seio de uma sociedade sexista e machista. Como dito anteriormente, a Educação Sexual, nesse contexto, vem para questionar relações de poder e desigualdade, trazendo um novo olhar sobre os valores e atitudes adotados em nossa sociedade patriarcal.

Como traz Louro (2000), os corpos ganham sentido na sociedade, em um contexto de uma determinada cultura. A diversidade das possibilidades de viver a sexualidade, sua expressão e desejos, são culturalmente formadas e estabelecidas. Assim, elas também são moldadas pelas relações de poder existentes nessa sociedade.

Como bem destacado por Ribeiro (2009), já nas primeiras décadas do século XX, observamos no Brasil, médicos, educadores e sacerdotes se dedicando aos estudos sobre a sexualidade e a Educação Sexual. Assim, nessa época já visualizamos pesquisas e discussões nas Ciências Humanas e nas Ciências Médicas.

A historiografia da Educação Sexual em nosso país é repleta de avanços e retrocessos. Lorenzi (2019) ressalta que a Educação Sexual sempre esteve ligada a resolver questões consideradas “problemas”, relacionadas de forma direta ou indireta à sexualidade. Em 1930, a autora aponta que essas questões seriam, por exemplo, o controle de natalidade e crescimento demográfico. Já em 1960, ela estaria atrelada a fatores advindos da maior liberdade sexual conquistada pelos jovens. Nos anos 1990, o surgimento e expansão da AIDS traz a ideia de Educação Sexual como um meio de combate à doença, na época misteriosa.

Um elemento que pode ser considerado como avanço é a presença da “Orientação Sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), surgidos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. É inquestionável a importância da inclusão da sexualidade nos currículos e na escola. Porém, apesar da existência dos PCNs, pouquíssimas iniciativas de formação de professores têm sido fomentadas. Como salienta Ribeiro (2009) é preciso inserir disciplinas voltadas para o estudo da sexualidade nos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas no Ensino Superior.

Em 2017 vemos a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Silva, Brancaloni e Oliveira (2019) ao analisarem como a sexualidade está presente na BNCC (2017) salientam que o documento limita a sexualidade a sua dimensão biológica, aproximando-a a concepções médicas de doença-prevenção. Para o autor e as autoras, a BNCC apresenta retrocessos em relação aos PCNs. Além desse ponto, há um silenciamento em relação à diversidade de gênero, o que pode influenciar negativamente os avanços alcançados pelos PCNs. Nesse contexto, ele e elas destacam que,

[...] será preciso que a universidade, em parceria com a educação básica, trace uma agenda de pesquisa na área com o intuito de levantar possíveis compreensões da comunidade escolar sobre a BNCC e suas diretrizes, verificar a permeabilidade da BNCC na elaboração de grades curriculares e materiais didáticos, caracterizar ofertas de processos formativos à docência, compreender o planejamento e a condução de atividades de ensino-aprendizagem que contemplem questões relativas à diversidade sexual e de gênero, etc. (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019, p. 1552).

A pesquisadora Mary Neide D. Figueiró (2006) destaca que a sexualidade humana vai além da determinação biológica, assim, as informações que serão trabalhadas dentro do ambiente escolar precisam ser permeadas por reflexões individuais e coletivas. É partindo de uma visão crítica acerca da sociedade em que está

inserido que o educando poderá se reconhecer como sujeito de sua sexualidade, construindo relações saudáveis. A sexualidade precisa ser vista em sua totalidade, como uma construção social.

Para ser completa e eficaz, principalmente quando faz parte de um programa educacional, a educação sexual deve abranger tanto o componente informativo, quanto formativo. Além disso, diferentemente de concebê-la como uma ação que ocorre à parte da formação global do indivíduo, é preciso compreendê-la como integrante de um processo maior (FIGUEIRÓ, 2006, p. 39).

Discutindo acerca dos PCNs, Furlani (2012) traz apontamentos significativos como a importância de que sexualidade seja discutida com tranquilidade, sabendo-se que é algo comum. Além disso, considerar o contexto social faz com que se desvele quais são as representações hegemônicas e as relações de poder que permeiam as desigualdades. “A educação sexual precisa discutir como as marcas identitárias, atribuídas aos sujeitos tornam alguns mais (ou menos) subordinados aos mecanismos de exclusão, sexismo, homofobia, discriminação e preconceito”. (FURLANI, 2012, p. 80).

É considerando esse contexto e conceito de Educação Sexual que traremos a seguir as principais características e conteúdos trabalhados na disciplina tomada com elemento de análise para nossas reflexões acerca da formação docente de educadores sexuais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência aqui relatada, e refletida por nós ocorreu no âmbito do projeto de monitoria: “Os Fundamentos da educação e sua relevância para a formação nas licenciaturas” (2019), na UFPB. Entre as disciplinas contempladas pelo projeto e base para a nossa reflexão atual está a Educação Sexual. A disciplina é um componente curricular oferecido pelo Departamento de Fundamentação da Educação (DFE) da UFPB. Existem turmas de carga horária 60 CH e 45 CH, oferecidas para os cursos de Pedagogia, Pedagogia do Campo e demais Licenciaturas. A disciplina relatada neste trabalho teve carga horária de 60 CH, contando com a participação de alunos dos cursos de Pedagogia, Pedagogia do Campo, Matemática, Letras, Psicologia, Educação Física e Biologia. Como pode ser visto na página oficial do DFE, a ementa atual da referida disciplina é:

A filosofia da educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicossocial, infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial. (DFE, UFPB).

Para o desenvolvimento de nosso trabalho adotamos uma bibliografia com nomes de estudiosos de várias áreas do conhecimento como a sociologia, psicologia e a educação. Adotamos textos de Guacira Louro, Mary Neide Figueiró, Elizabeth Badinter, Bruna Dantas, entre outras autoras.

Como recurso didático para discussão, também adotamos o uso de filmes e documentários, como “The Mask You Live In”, traduzido para “A Máscara em que você vive” (2015) e “Silêncio dos Homens”, documentário brasileiro de 2019 e o filme “Amor?” de 2011. O primeiro documentário, disponível na plataforma *Netflix*, fala sobre os elementos que giram em torno do conceito “masculinidade”, possuindo entrevistas com especialistas e acadêmicos, o documentário traz vários pontos de discussão, ambientados no contexto Estadunidense. Já o segundo documentário traz elementos relacionados ao conceito masculinidade, mas especificamente no Brasil, como a realidade do homem trabalhador do campo e do homem negro em meio nossa sociedade que ainda se fundamenta no mito da democracia racial. As discussões traçadas a partir desses dois documentários sintonizam com a veiculação do terceiro filme: Amor?, onde questionamos e refletimos sobre como o machismo está presente nas relações amorosas e traduz-se em manifestações de violência doméstica.

Buscamos ao longo da disciplina adotar ações e desenvolver atividades que aumentassem a interação entre os alunos de diferentes cursos. Uma das propostas desenvolvidas foi o trabalho de pesquisa e desenvolvimento de um plano de aula que trabalhasse com o tema gênero em cada disciplina específica. Essa atividade pretendia, além de ser um esforço para pôr em prática os conceitos trabalhados na disciplina, fazer com que alunos conhecessem um pouco a realidade dos colegas de outros cursos e pensassem de forma coletiva em um projeto educativo em Educação Sexual, indo além de uma única disciplina, como historicamente é tratado na Biologia.

Nesse momento, peço licença para romper o texto dissertativo em terceira pessoa do plural e escrever em primeira pessoa do singular, visto que trago, para análise neste artigo, dados provenientes de minha experiência pessoal como monitor bolsista.

Um dos pré-requisitos para a monitoria é a obrigatoriedade de já ter cursado a mesma. Antes de me candidatar a monitor, o processo de ser um educador sexual em formação foi fortalecedor. O formato da disciplina, com debates, leituras, e produções audiovisuais, geraram o diálogo entre a prática e a teoria.

No primeiro momento, enquanto discente, a disciplina provoca uma sensação de desconforto. Os temas tratados, de uma forma geral, abrangem muitos tabus e conforme citado anteriormente, incita um pensamento fundamentalista conservador em muitos sujeitos. Porém, ao se propor estar em uma turma de Educação Sexual, em uma licenciatura, você acaba por se permitir vivenciar aquele momento.

Atualmente, a disciplina ainda está, dentre as licenciaturas, enquanto uma disciplina optativa, o que reforça o fato de que, apenas os alunos que têm um real interesse na temática se disponibilizam a cursá-la. Assim também ocorre em outras grades curriculares pelo Brasil. O processo de (des)construção que ocorre nas aulas não é algo especificamente individual, é um processo, visivelmente coletivo e ousado a dizer que chega a ser ‘terapêutico’, pois com o tempo a turma se sente confiante para relatar casos pessoais, onde a falta da Educação Sexual ocasionou algo marcante na vida daquele aluno ou aluna.

Falar sobre machismo, misoginia, feminismos, masculinidades, LGBTfobia, parafilias, medicalização e tantos outros assuntos também sugerem um cuidado com o outro que, para além de relação aluno(a), e professor(a), se estabelece num laço de confiança.

Posteriormente, enquanto monitor, a experiência com a educação sexual se intensifica, tornando o movimento de práxis mais orgânico e complexo. Compreender os tabus que envolvem o seu corpo e a sua sexualidade requer uma imersão em si mesmo, contudo, observar essas questões no outro é um ato estritamente delicado, que exige sensibilidade, mas também conhecimento prático e teórico.

Nesse contexto observamos a importância da disciplina de Educação sexual, não apenas em ambiente universitário, mas durante todo o processo de escolarização, assim como em outros espaços de educação não formal e informal. É a partir dos debates e reflexões que permeiam a temática, que podemos nos reconhecer em uma identidade sexual, de gênero, de raça, e compreender a importância da representatividade dessa pluralidade.



Como já mencionado anteriormente, a disciplina de Educação Sexual é um componente curricular optativo, desse modo, muitos alunos que escolhem voluntariamente acompanhar a disciplina, já estão sensibilizados com sua importância. Assim, um dos desafios que se colocam em nosso horizonte é ampliação da disciplina como obrigatória nos cursos de licenciatura. Não há como apagar e invisibilizar a dimensão da sexualidade na vida humana, e, por conseguinte, na escola.

Nossa experiência na disciplina ressalta o fato de que os temas envolvidos a sexualidade, tratados de forma multidisciplinar, com alunos de vários cursos, vem enriquecer os conteúdos e aumentar a interação e troca de experiências entre os sujeitos. Diante da diversidade das áreas, somos todos aprendentes e educadores. Nossas vivências e leituras específicas são somadas a visões e opiniões diversas, pautadas pelo respeito e pela busca por compreensão. Apesar de estarmos em um ambiente que se estrutura em relações de poder – professor e aluno – buscamos travar diálogos em que se valorize a experiência e conhecimento popular, alicerçado por uma escuta empática.

Outro ponto que merece ser destacado e refletido é a importância do uso de recursos áudio-visuais. Trazer imagens e sons para dentro da sala auxilia a apresentação e problematização da realidade que será enfrentada na prática docente. Tais ações também aumentam o dinamismo e atualizam os temas. A abertura e possibilidade de fala de todos os sujeitos, sem determinar ou impor verdades cristalizadas, impulsiona o surgimento de novas problematizações e debates acerca de temas atuais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho buscamos refletir acerca da importância da disciplina de Educação Sexual para os cursos de licenciaturas no Ensino Superior. Para tal, trouxemos uma experiência em Monitoria na disciplina de Educação Sexual, realizada no âmbito da Universidade Federal da Paraíba.

Em nossos estudos, vimos que a sexualidade não é algo natural, sendo construída histórica e culturalmente. Cada sociedade traz um contexto que fomenta as possibilidades de viver a sexualidade dos sujeitos nela inseridos. Não excluimos nesse contexto as relações de poder, que muitas vezes, firmam aquilo que é visto como certo ou errado nessa determinada sociedade.

Considerando a busca por uma educação plural e diversa, que respeite e se fundamente nos Direitos Humanos, a história de nossa sociedade brasileira traz momentos de avanços e retrocessos. Um dos momentos considerados de avanço foi a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com a “Orientação Sexual”, trazendo a discussão da sexualidade para dentro da escola. Por sua vez, A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz em seu texto uma visão limitante de sexualidade como fundada em sua dimensão biológica, representa um retrocesso. Esses temas precisam ser debatidos na formação docente inicial, não se limitando a ser trabalhado apenas em uma disciplina optativa. O debate e discussão no Ensino Superior de temas referentes à sexualidade tem se configurado um espaço de pluralidade e diálogo multidisciplinar.

Acreditamos que as experiências formativas em Educação Sexual precisam ganhar visibilidade e serem ressaltadas dentro das instituições. É com a discussão e defesa por uma educação para a diversidade que avançaremos na luta contra diversos tipos de opressão que existem em nossa sociedade e que entram e se perpetuam dentro do ambiente escolar.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, que ocorreu no âmbito do Projeto “Os Fundamentos da Educação e sua relevância para a formação nas licenciaturas”, contou com o financiamento interno da Universidade Federal da Paraíba (Edital PRG/CEM nº 37/2019 - Monitoria 2019.2).

## REFERÊNCIAS

AMOR?. Direção: João Jardim. Brasil: Copacabana Filmes, 2011. (100min.).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COMPONENTES Curriculares. Universidade Federal da Paraíba. CE – Departamento de Fundamentação da Educação. Disponível em:  
<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=1387> Acesso em: 15 ago. 2020.

DANTAS, B. S., do A. **Sexualidade, cristianismo e poder**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ, RJ, Ano 10. n. 3, p. 700 – 728, 3º Quadrimestre de 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/pdf/v10n3a05.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LORENZI, F. Educação Sexual e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). In: SANTOS, V. M. M. et al. **Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades**. 1. ed. Florianópolis: UDESC, 2019.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. por. Tomaz Tadeu da Silva. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FURLANI, J. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2012.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006.

O SILÊNCIO dos homens. Direção: Ian Leite e Luísa de Castro. Brasil: Papo de Homem e Instituto PdH. 2019. (60min.) Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ORTEGA. P. Se os homens engravidassem, esse problema já estaria resolvido há muito tempo. Estadão. 08 de abril de 2020. Disponível em:  
<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/se-os-homens-engravidassem-esse-problema-ja-estaria-resolvido-ha-muito-tempo/> Acesso em: 15 ago. 2020.

RIBEIRO, P. R. M.. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: MARY FIGUEIRÓ, Neide Damico (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina : UEL, 2009. 190p.

SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A. P.; OLIVEIRA, R. R.. Base Nacional Comum Curricular e Diversidade Sexual e de Gênero: (Des)Caracterizações. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12051

THE MASK You Live In. Direção: Jennifer Siebel Newsom. Estados Unidos da América, 2015. (88 min.).